

ARARIPE E CARIRI: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CEARÁ NO VOCABULÁRIO INDÍGENA DE PAULINO NOGUEIRA (1887)

Patricia Alves Beserra Cordeiro ¹

Maria Aline Freitas Bussons ²

RESUMO

Este trabalho se insere na perspectiva da História das Idéias Lingüísticas no Brasil, a qual se baseia no uso das práticas de leitura da Análise de Discurso Pêcheutiana. Pretende-se identificar formações discursivas que constituem saber metalingüístico e construção da imagem do Ceará nos topônimos “Cariri” e “Araripe”, do “Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará”. Tal obra foi publicada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em finais do século XIX.

PALAVRAS CHAVE: análise de discurso; saber metalingüístico; imagem do Ceará.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito analisar os verbetes: “Araripe” e “Cariri” na obra “Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará com explicações etymologicas e orthographicas, topographicas, historicas e therapeuticas, etc.” de Paulino Nogueira, publicada em 1887, pelo Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGAC). Investigaremos nesses topônimos as possíveis relações entre a construção da imagem do Ceará e o saber metalingüístico produzidos nesses verbetes. O trabalho se introduz na perspectiva da História das Idéias Lingüísticas no Brasil, perspectiva baseada no uso das práticas de leitura da Análise de Discurso Pêcheutiana. Investigaremos os discursos que atravessam esses verbetes, em sua historicidade constitutiva nas formações discursivas e imaginárias em finais do século XIX.

Sob o intuito de divulgar estudos científicos, culturais, históricos e geográficos da província do Ceará, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGAC) foi fundado, em 1887. Nessa época fundaram-se vários Institutos Históricos, Geográficos e Antropológicos, em diversas províncias brasileiras, que tinham a finalidade de construir uma história nacional para este país através de registros, documentos, nomes, acontecimentos, buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos (RIC, Anno I, 1887 apud Oliveira). Dentre a materialidade publicada pelo (IHGAC), o “Vocabulário Indígena” de Paulino Nogueira, traz inúmeros topônimos, aplicado às línguas indígenas do Brasil nesse período. Então, caberia questionar qual o lugar de fala do sujeito-autor dos verbetes e suas relações com as produções de sentido e o espaço de produção de saber metalingüístico dadas ao Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Mais que isso: quais as particularidades do saber metalingüístico composto no Vocabulário Indígena de Nogueira e o interesse dado às línguas indígenas?

Diante das pretensões científicas muito definidas e fontes riquíssimas para se refletir sobre o saber metalingüístico, de cunho regional, no Brasil, o material exposto acima é bastante considerável, diante da quantidade de verbetes explorados, etimologias “verdadeiras”, descrições de peculiaridades

lingüísticas, etc. Desse modo, “se faz necessário fazer História das Idéias lingüísticas no Brasil, por suas especificidades de país marcado pela colonização.” (ORLANDI, 2001, p. 11).

O objetivo desse estudo é discutir os verbetes em sua historicidade, levantar algumas questões sobre os mesmos, e apresentar as fontes como possibilidade de estudar a História das Idéias lingüísticas no Brasil. Em nosso exemplo cabe perguntar: qual a relação desses topônimos com a construção da imagem do Ceará, com a seca que se desenrolava na época? Que efeito de sentido essa obra teria em um período no qual aristocratas buscavam a legitimação da língua e literatura nacional como prática des-colonizadora? Isso pressupõe indícios sobre a construção da nacionalidade brasileira, especificamente regional/ republicana? Desse modo situamos nosso trabalho nessas perspectivas, considerando o discurso histórico-político-científico produzido nos verbetes, sobre um determinado período de seca no Ceará.

Pretende-se identificar as formações discursivas que constituem e atravessam os topônimos: “Araripe” e “Cariri”, verbetes toponímicos retirados do “Vocabulário Indígena”. Esses dois topônimos foram escolhidos em função de sua importância simbólica para o território cearense, pois o primeiro denomina um dos principais elementos geográficos do estado, a Chapada do Araripe, em torno da qual se organiza a região chamada de Cariri, localizada no sul do Ceará. Tratar da discursivização em relação a esses termos significa, então, problematizar sobre como uma parte específica do estado figura no imaginário construído para este último, numa tentativa de atribuir-lhe lugar especial na imagem da nação brasileira.

1. O VOCABULÁRIO INDÍGENA DE PAULINO NOGUEIRA

O artigo “Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará com explicações etymologicas e orthographicas, topographicas, historicas e therapeuticas, etc.” faz parte da variedade de artigos publicados pelo (IHGAC), sendo este estudo produzido no ano de fundação do instituto, 1887, da autoria de Paulino Nogueira Borges da Fonseca, primeiro presidente do IHGAC, exercendo o cargo de 1887 a 1908. Portanto, na época de publicação do artigo em questão o mesmo estava em mandato (ocupando lugar de presidente), além disso, foi professor do Liceu do Ceará e da Faculdade de Direito do Recife, desembargador, deputado e redator do jornal “A Constituição” da época.

Possibilidades de um discurso identitário para o Ceará foi o objetivo nessa época; as produções dos textos escritos pelos intelectuais do instituto foram manifestações em momento de comemoração dos duzentos anos do Ceará, o romantismo como escola literária ganhara prestígio (um forte interesse na descrição da natureza e da cultura indígena), e os ideais republicanos estavam embutidos nas ações de memória. Conforme Oliveira (2001, p.119): “Sabemos que no final do século XIX diferentes intelectuais estavam preocupados em definir o caráter do povo brasileiro a partir da relação entre o nacional, o popular e o étnico”. Perguntamo-nos: quais os possíveis significados que esse vocabulário poderia ter levando em conta sua historicidade? Cabe ressaltar que:

Nogueira tomava para si a tarefa de julgar o sentido mais apropriado (dentro da linguagem do Indígena) [...] e outras palavras foram positivamente referenciadas, uma vez que elas ofereciam outras particularidades que identificavam o Ceará no conjunto das outras províncias, ou seja, aquelas especificidades que o tornavam único. (OLIVEIRA, 2001, 124-125)

O “vocabulário” de Nogueira comporta várias discussões etimológicas, como também geográficas, enaltecendo a fauna, a flora e a cultura local com características gerais de uma linguagem possuidora de um “tom exaltante” e “erudito. Faz-se necessário, pois, mencionar a posição do sujeito-

autor: Paulinho Nogueira, ex-presidente da província, intelectual, político atrelado aos aristocratas de Fortaleza não poderia deixar em equívoco as pretensões de construir uma imagem positiva do Ceará, para um todo nacional perante ao cenário de seca, miséria, epidemias, imigração, etc. que arrasaram a província.

2. ANÁLISE DE DISCURSO E O CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DO CEARÁ NO SÉC XIX

A perspectiva da “História das Idéias Lingüísticas no Brasil” se apóia nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa (AD), especialmente nas idéias de um dos seus teóricos fundadores, Michael Pêcheux.

Pêcheux pertencia ao Partido Comunista Francês e não diferenciava a luta teórica da luta política. Fundou a Escola Análise de Discurso Francesa, a qual articulava o seu objeto de estudo entre o campo da lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise.

Dentro desta perspectiva a linguagem só tem sentido porque se inscreve na história, não se procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação, mas sim, possíveis efeitos de sentido, que são atravessados e determinados pelas formações ideológicas nas quais estão inseridos. O debate visa à explicitação dos processos de significação presentes no texto e permitem que se possam escutar o “não dito” naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. A AD trabalha as relações entre o sujeito, a língua e a história. Resumindo, segundo Orlandi (2001, p. 26-27):

Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de uma interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura.

Pêcheux, enquanto precursor da AD, considera o discurso como efeito de sentido entre os interlocutores. A partir de um enunciado, através de um efeito ideológico e do inconsciente, podemos ter diferentes sentidos em evidência. De acordo com Orlandi (2007), o movimento dos sentidos é atravessado pela errância dos sujeitos e por lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios.

A análise aqui proposta se insere nessa perspectiva de compreensão do “sentido”, de forma a pretender identificar as formações discursivas que constituem saber metalingüístico e construção da imagem do Ceará, em finais do século XIX, para tanto, utiliza como materialidade os topônimos “Cariri” e “Araripe” do “Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará com explicações etymológicas e orthographicas, topographicas, historicas e therapeuticas, etc.”; daí cabe situar primeiramente, as condições de produção do discurso.

Segundo Oliveira (2001), no Ceará, meados do século XIX, o cenário era caracterizado por grandes mudanças, para se afirmar uma identidade regional frente às transformações sociais que a província havia experimentado a partir do final de uma grande seca (1877-1880) que destruiu a vida econômica e demográfica da província. Nessa época, novas idéias ligadas ao cientificismo e ao liberalismo político abriam caminho à república e à abolição com pretensões voltadas para os valores modernos de civilização e progresso da nação. Com efeito, esse período produziu transformações de ordens diversas: urbana, política e econômica, como, também, afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir. Nesse contexto, cidades brasileiras, incluindo Fortaleza sofreram essa mudança. Segundo Ponte (2007, p. 162):

Ante essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas e setores intelectuais, procederem um significativo conjunto de reformas urbanas capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus. Isso significava, também, disciplinar os pobres, doentes, mendigos, loucos, “vadios” e prostitutas, vistos como agentes nocivos ao processo civilizatório, produtivista e normatizador pretendido para a capital.

É a partir deste cenário que iniciamos nossas reflexões. Consideramos que numa primeira tentativa de aprofundamento da perspectiva política, histórica e ideológica enfocada neste estudo, levando-se em conta as formulações anteriormente apresentadas, este esforço se traduz em trazer à reflexão o conceito de Formação Discursiva (FD), pois a língua é condição de possibilidade de discurso.

Citamos a definição de Pêcheux, trazendo para a discussão o caráter heterogêneo da FD, considerando a língua em um processo que tangencia o discurso e a ideologia, que funciona inconscientemente no e pelo sujeito como um dos princípios organizadores do discurso. As regularidades percebidas no discurso se devem aos sentidos pré-construídos relacionados ao discurso, regularidades percebidas nas filiações discursivas dos sujeitos e realizadas em certas condições de produção. Esses determinantes possibilitarão a evidência de um ou de outro sentido. Assim sendo, podemos dizer que, para Pêcheux (1997, p. 160, *grifo do autor*) “Formação Discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”.

Pêcheux nos diz que em um mesmo texto se podem encontrar várias formações discursivas, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva sobre a(s) outra(s). Esta formação é então constituída por vários “tipos” ou “gêneros” de discurso, podendo ser jurídico, científico, religioso, político, etc., sendo que em determinada sociedade um destes discursos será “dominante”.

É entre as condições de produção do discurso e a ideologia que se dá a articulação da formação discursiva. Essas condições compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas adquirem significados pela história e pela língua. Por sua vez, essas formações discursivas segundo Pêcheux (1997, p. 156) “mantêm entre si o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre - já sujeito’”. Ainda sobre esses últimos comentários, afirma Orlandi (2007, p.45):

A evidência do sentido, que na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: sujeito se constitui por uma interpelação-ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva.

Dessa forma, o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, só pode ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado, uma vez que muda de acordo com a formação discursiva em que está inscrito quem o (re)produz, bem como quem o interpreta. Ou seja, o sentido nunca é dado, ele não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso, é movente e se produz a partir de determinações histórico-sociais.

Pêcheux pelo conceito de interdiscurso define que as formações discursivas sempre resultam de processos discursivos anteriores. Manifestam-se, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. Para uma melhor visualização tomemos Orlandi (2001, p. 42):

Na AD, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.

Desse modo ao se converter em autor, o sujeito da enunciação sofre um apagamento no discurso, dividindo-se em diversas posições-sujeito; ou seja, o autor é que assume a função social de organizar e assinar uma determinada produção escrita, dando-lhe a aparência de unicidade (efeito ideológico elementar). Neste momento, Orlandi (2007, p.40) afirma, a respeito do lugar e da posição do sujeito e seus significados no discurso, que não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso.

Na perspectiva do princípio de autoria, Orlandi (2008, p. 80-81) trata de considerar o autor não como um indivíduo inserido num determinado contexto histórico-social (sujeito em si), mas como uma das funções enunciativas que este sujeito assume enquanto produtor de linguagem.

Diante deste fato importantíssimo é que se faz pertinente mencionar que Paulino Nogueira, autor do “Vocabulário Indígena no uso na província do Ceará com explicações etymológicas, ortographicas, históricas e terapêuticas, etc.”, fala do lugar de político e de intelectual, pois o mesmo foi presidente da Província do Ceará. Era, portanto, político, graduou-se em direito, foi promotor público e inaugurou a academia de direito no Ceará. Desse modo, ocupando a posição de intelectual e de político, exalta a cultura cearense através do saber metalingüístico.

Outro conceito importante para o nosso trabalho é a noção de interdiscurso: “dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2007, p. 43). No trecho retirado do verbete “Cariri” podemos identificar esse conceito: “O Crato [uma das principais cidades da região do Cariri cearense, situado ao lado do Juazeiro do Norte e Barbalha] é hoje cidade importante e sempre foi um dos terrenos mais férteis da Província”. Esse discurso permeia até hoje, sempre nas propagandas turísticas o Cariri é tido como um oásis em meio ao clima árido e seco que o rodeia. Pêcheux nos indica que sempre já existe discurso prévio, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está “antes” e é exterior ao sujeito enunciator. É todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas, que formam, em seu conjunto, o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. Ou seja, o interdiscurso surge como memória, o já dito, como uma espécie de “passado discursivo” do qual o sujeito não se dá conta devido ao esquecimento.

Segundo Orlandi (2007, p.31), “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Ou seja, enfatiza a questão da não evidência de sentido e também com a relação da linguagem com os processos sócio-históricos. Conforme a autora:

O fato de que há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite,... remeter o dizer... uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

Isto pressupõe que o interdiscurso sempre mantém a possibilidade de novos dizeres, de novas discursividades. Portanto, a análise não deve ser tomada como definição inalterável dos sentidos produzidos em uma formação discursiva, mas como representação de um estado historicamente determinado do discurso que pode se alterar com o tempo.

3. OS TOPÔNIMOS CARIRI E ARARIPE

Os verbetes em questão: “Cariri” e “Araripe” descrevem parte da toponímia cearense, a qual Paulino Nogueira dedicou 130 vocábulos identificando lagos, rios, vilas, povoados, serras, lagoas, instituídos como linguagem indígena inseridos em seu artigo: “Vocabulário Indígena no uso na província do Ceará com explicações etymologicas, orthographicas, historicas e therapeuticas, etc.” O autor os aborda de forma bastante grandiosa, exaltante, valorizando os aspectos locais como pretendia. Nos verbetes, são patentes explicações de exuberância, a abundância no momento em que o Ceará estava arrasado diante da seca ocorrida “entre 1877 e 1880 que desestruturou a vida social, econômica da província, [...] associada às epidemias, dizimou o gado, arrasou a agricultura, estabeleceu uma fratura demográfica e redefiniu a organização econômica, social e cultural da província” (OLIVEIRA, 2001, p. 47). E é diante deste cenário que a elite letrada fortalezense tinha como objetivo elevar o nome da província de forma positivista e projetá-la na nacionalidade brasileira com bases no ideal romântico e republicano. Tomemos o verbe “cariri” como exemplo dessas características:

CARIRÍ: _ Tribo tapuia, rolhos, refeitos do corpo, de cabelos negros, viviam da caça e das fructas das arvores, especialmente de cocos. No descobrimento do Brasil habitava a cordilheira da Barborema, que reune a Parahyba a Pernambuco. Os colonos depois deram-lhe o nome de *cariris velhos* em contraposição à parte, que mais tarde viéra a habitar o valle do Araripe, por isso chamados *cariris novos*. Mello Moraes, *Corog.* Cit., T. 2, p. 378. e Milliet. Cit._ Foi aldêada pelos Carmelitas em Missão Velha e Nova, na Salamanca, hoje Barbalha, e no Miranda, actualmente Crato. Theberge cit., T 1, p. 6. [...]³

Nesse trecho, parte do verbe, o indivíduo indígena é descrito com traços do elemento nacional romântico “refeitos do corpo, cabelos negros”, vive especificamente “da caça” e da prática da colheita de “fructas das arvores”. Mostra-nos até então um viver de forma livre de qualquer subordinação (colonizadora). Cita ainda a fruta preferida do “Cariri”, o coco, a escolhida como a desejável dentre outras existentes nessa localidade. Vale salientar que o cenário era de seca, fome, miséria. Não haveria aí elementos silenciados diante da variedade de frutas? Pois se deve ter em vista que “ao longo de todo dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2007, p. 82). Em seguida, Nogueira remete a um saber histórico “o descobrimento do Brasil” para situar

geograficamente a tribo na “Cordilheira da Barborema”. O descobrimento do Brasil, tradicionalmente, é um marco histórico, altamente representativo na construção da nacionalidade brasileira. Por que citar o descobrimento? Quais os efeitos de sentido produzidos por esse dizer?

Logo em seguida, podemos entrever uma postura eurocêntrica. Quando Paulino Nogueira faz citações, baseado em dois autores, aqui vemos o “citar” enquanto gesto argumentativo: “Os colonos depois lhe deram o nome de *carirís velhos* em contraposição à parte, que mais tarde viéira a habitar o valle do Araripe, por isso chamados *carirís novos*. Mello Moraes, *Corog. Cit.*, T. 2, p. 378. e Milliet. *Cit.*”. (*grifos do autor*)

Vejamos que o autor retorna ao discurso histórico na descrição do verbete cariri:

_ Em 1780 foram d’ahi expulsos pelo corregedor José da Costa Dias e Barros, por ordem do Capitão General de Pernambuco, José Cesar de Menezes, porque causavam depredações aos novos colonos. Pompêo, *Ens. Est. Cit.*, T. 2, p. 111. Com effeito esses índios eram extraordinariamente rapinas e tão péssimo conceito conquistaram que os colonos converteram-lhes o nome de *cariri* em *caro* e *ruim* _ Ety: _ mel do mato, de *caa* mato de *ira* mel; ou *cai* queimado, *ira* mel ou *riré* depois que. Martius, *Glos. Cit.*, P.494 _R. Southey, *Hist. Cit.* T. 1º. P. 318, confunde-os com os *Kiriris*, mas B. Caetano, *Ens de Scien. Cit.*, T. 1º, p. 23, dá a tribo e a língua *cariri* ou *kariri* por diferentes de *Kiriri* [...]⁴

Nogueira evidencia uma data que marca uma nova resistência dos indígenas: “1780 foram d’ahi expulsos pelo corregedor José da Costa Dias e Barros, por ordem do Capitão General de Pernambuco, José Cesar de Menezes, porque causavam depredações aos novos colonos”. A inserção destas datas não estaria criando mitos de fundação do Ceará via saber metalingüístico?

A academia era de história, geografia e antropologia, daí remeter a descrições dessa natureza, mas o saber metalingüístico entra em vigor no momento em que o autor refere-se à etimologia enquanto estudo científico da origem dos vocábulos “Ety: _ mel do mato, de *caa* mato de *ira* mel; ou *cai* queimado, *ira* mel ou *riré*”, utiliza-se desse modo, do discurso cientificista. Também, nas produções do IHGAC existe um traço valorativo do indivíduo indígena (discurso nacional romântico), pois no artigo em questão, o mesmo trata de um vocabulário que prioriza palavras originadas da língua indígena.

Entra em jogo uma contradição, a qual no mesmo verbete “Cariri” o traço valorativo do indígena desaparece: “esses índios eram extraordinariamente rapinas e tão péssimo conceito conquistaram que os colonos converteram-lhes o nome de *cariri* em *caro* e *ruim*”. Os colonos (na posição de conquistadores) atribuíram uma etimologia pejorativa para “Cariri”, caro e ruim. A imagem do índio “Cariri” é desqualificada por conta de sua resistência. As formações discursivas aqui são complexas, de forma que ao mesmo tempo em que o autor exalta a figura indígena, também desqualifica esse sujeito.

Podemos verificar essa mesma característica no verbete “*Tremembés*”: “tribu, pacifica e inoffensiva... hoje estão confundidos na massa da população civilisada”. O autor ressalta a positividade de terem sidos pacíficos demonstrando a não resistência do sujeito indígena a presença dos portugueses. Na seqüência explana:

Em virtude da Carta Régia de 6 de maio de 1758 foi a povoação de *Cariris* elevada. Em 1764, à categoria de villa com a denominação portugueza de Crato, com que se celebrizou D. Antonio, Prior do *Crato*, candidato à côroa de Portugal, em 1580, por morte do rei, Cardeal D. Henrique O Crato é hoje cidade importante e sempre foi um

dos terrenos mais férteis da Província. Por duas vezes, em 1834 e 1846, a deputação cearense tentou, debalde, fazê-la capital de uma nova província, desmembrada desta e da de Pernambuco⁵.

Há na citação acima a grande exaltação do “Crato”, cidade agora de nome português, que foi “elevada”, e que é um dos terrenos mais férteis. Até hoje o Crato é discursivizado enquanto ideal de “civilização”, de “cultura” para o Ceará, isso tudo atravessado pelo ideal de civilização européia, “a coroa”. Daí podemos remeter a uma ligação do passado com o presente: desde o século XIX, o epíteto “Crato, capital da cultura” é lugar exaltado. Talvez resida nesse interdiscurso: o Crato enquanto ideal de civilização para o Ceará, ainda hoje está vivo e encontrável em vários lugares.

Como o vocábulo “Cariri”, o verbete “Araripe”, não aparece diferente, no que diz respeito às explicações exaustivas da geografia local, rios, vales, serras entre outras abordagens pretendidas pelo instituto em exaltar a cultura cearense para assim projetar o Ceará perante o todo nacional. Essas abordagens “propiciaram a organização de um conhecimento da diversidade da natureza e do espaço cearenses, os vocábulos indígenas foram aqui apropriados no sentido de aferir esta diversidade” (OLIVEIRA, 2001, p.123). Vejamos no verbete “Araripe”:

ARARIPE: serra; a chapada é secca e sumamente fresca, abundante d’agua em sua faldas e sobpés, donde correm abundantes arroios, que utilizam todo o extenso Valle do *Cariri*. Todo esse terreno, é bem cultivado, produz canna, legumes, mandiôcas, e algum café: e passa sinão pelo terreno mais fértil da Província, pelo mais extenso, que offerece mais proporções para desenvolvimento da cultura. Pompêo, *Ens. Est. Cit.*, T. 1º, p. 141. Em séc éos existem sal-gemma, sulphato de magnésia de soda. *Brasil na exportação de Vienna d’Austria*, 1873, p. 53. Ety.: *arára* e *ype* habitação: lugar de arára. Martius, *Glos. Cit.*, p.491⁶.

O verbete exposto acima, já de início parte de uma explicação geográfica, (“serra”), característica da chapada, “secca e sumamente fresca”, o discurso da abundância é citado: tanto em água, “abundante d’agua”, como também em alimento: “todo esse terreno, é bem cultivado, produz canna, legumes, mandiôcas, e algum café”, constitutivo de grande extensão territorial, “ pelo terreno... mais extenso”, aponta o solo dentre todos os outros que a região da província, “sinão”, para o mais “fértil da província”, colocando-o em situação de melhor, ou seja, mais produtivo. Percebe-se um discurso político quando o autor escreve “offerece mais proporções para desenvolvimento da cultura”, por exemplo. Ainda hoje esse discurso prevalece, pelas belezas naturais, pelo clima agradável e pela riqueza cultural (o artesanato se aglomerando nos mercados e centros, oportunidades educacionais, a Lira Nordestina dos folhetos de cordel, os cantadores e repentistas, a reserva paleontológica de Santana do Cariri, e personalidades que ficaram na memória: como Padre Cícero Romão Batista, Dona Bárbara de Alencar, Luiz Gonzaga, Patativa de Assaré, “Caldeirão” do Beato Zé Lourenço, e muitos outros personagens e fatos que fizeram e fazem parte do desenvolvimento cultural dessa região). Faz-se oportuno lembrar a posição de Nogueira: era político, apoiava os ideais republicanos, abolicionista em foco na época. Ponte (2007, p.163) chama a atenção:

o século XIX foi alvo de discursos, medidas e reformas que procuravam alinhá-las ao modelo europeu de modernização urbana. Era a inauguração de um projeto civilizatório para o país, de caráter europeizador, patrocinado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais. Para tanto, não bastaria apenas dotar a cidade de equipamentos e serviços modernos: era necessário “civilizar” e “domesticar” a

população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador.

Assim, os anseios por modernização eram, muitas vezes, traduzidos, nesse período, pela elite cearense em suas produções intelectuais. O projeto de construir uma imagem do Ceará enquanto província “civilizada” vinha sendo alimentado durante toda década de 1880 a partir dos movimentos abolicionista e literário, notadamente em Fortaleza. Os sócios do IHGAC faziam parte desses movimentos e, logo, pretendiam abraçar a civilização com propósito de se construir uma memória histórica para a província. Essa história, portanto, não traria consigo significações específicas levando em consideração as posições de sujeito de quem estava no poder de escrevê-la? Já que os setores populares eram totalmente desprovidos dessa natureza “civilizatória”, possuidores de hábitos distintos da “civilização” almejada (PONTE, 2007). Que sujeitos seriam esses chamados de setores populares? Seriam índios, prostitutas, loucos, desempregados, pessoas não letradas? Partindo dessas indagações questionamos ainda como imaginar uma história do Ceará valorizando esses vocábulos de origem indígena, já que os índios agora já silenciados e marginalizados eram justamente elemento antagônico desse ideal “civilizador”.

Da explicação etimológica para Araripe, podemos afirmar que é determinada sem nenhuma contradição de Nogueira em aceitar a fundamentação de outro autor, pressupondo cientificidade, *e.g.*, “Martius, *Glos. Cit.*, p.491” e cita ainda, “Ety.: *arára* e *ype* habitação: logar de arára”.

Das observações feitas até aqui os verbetes “Cariri” e “Araripe” trazem uma memória discursiva que constrói uma imagem do Ceará a partir da imagem do Cariri, como se houvesse um não dito: “o Ceará é bom até no nome, pois nele há o Cariri que é civilizado e fértil”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, levantamos algumas questões a respeito dos verbetes “Cariri” e “Araripe”, os quais se encontram no “Vocabulário Indígena em uso na província do Ceará com explicações etymologicas, orthographicas, historicas e therapeuticas, etc.”, de Paulino Nogueira. Trabalhamos considerando seu contexto sócio-histórico, como também os lugares de fala do sujeito-autor, político e intelectual da época, que faz apologias à cultura do Ceará, através do saber metalingüístico patente.

Em cenário de seca e novidades do processo de modernização, “civilização”. Questões que nos permitem refletir a respeito de sua historicidade, nos proporcionam pensar como esses vocábulos foram construídos, “escolhidos”, descritos, e quais os possíveis significados incorporados ao atribuí-los como nomes de lugares, rios, lagos, serras, tribos, povoados, frutos, árvores, etc. compostos na província do Ceará. Para tanto, remeter a variados questionamentos a respeito dessa fonte é fundamental, pois a investigação sobre tais indagações possibilita compreender como a língua é lugar de discursos providos de natureza ideológica, política e histórica. Desse modo, consideramos importante se estudar os dicionários como construção do saber metalingüístico, constitutivo da identidade lingüística e cultural de um povo.

Cabe salientar a complexidade dessa materialidade sobre, a qual o autor Paulino Nogueira discorre. Desse modo, podemos nos perguntar: pretendia Nogueira silenciar os resquícios da seca, como também, em suas abordagens, partir apenas dos ideais românticos, republicanos para designar tal explicação? Essa produção constrói uma imagem do Ceará diferente de outras províncias, levando em consideração suas especificidades culturais, diante de um vocabulário que identificaria e delimitaria a cultura cearense perante um todo nacional. A partir disso, propomos algumas questões:

- Qual a relação desses verbetes com a construção da imagem do Ceará, com a seca que se desenrolava na época em finais do século XIX?
- Quais os possíveis significados desse saber metalingüístico acerca de línguas indígenas em um viés diacrônico, considerando sua historicidade?
- Como imaginar uma história do Ceará valorizando esses vocábulos de origem indígena?
- Porque existem uns vocábulos com descrições maiores e outros com explicações menores?
- A inserção de datas não estaria criando mitos de fundação do Ceará via saber metalingüístico?

Apresentamos essa obra enquanto materialidade, fonte importante para se fazer História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Sugerimos um estudo mais profundo desses questionamentos, e de inúmeros outros, os quais poderão surgir posteriormente e assim levar a discutir como se deu de fato a construção desse saber em nosso país, pois o discurso, considerado em sua historicidade é lugar de conflitos e tensões. Dessa forma, esperamos que o presente trabalho venha contribuir à reflexão e valorização dessa materialidade, visto que a consideramos como fonte rica para uma necessária compreensão de uma história lingüística marcada pela cultura européia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOGUEIRA, Paulino. **Vocabulário Indígena em uso na província do Ceará com explicações etimológicas, ortográficas, históricas, terapêutica, etc.** Anno I 1887.

OLIVEIRA, Almir Leal. **O Instituto Histórico, Geográfico e antropológico do Ceará _ Memória, representações e pensamento social (1887-1914).** Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2001.

ORLANDI, Eni P. Apresentação *In* Orlandi, Eni P. (Org). **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional.** Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 07-20.

_____, **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 7ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____, **Discurso e leitura.** 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni P. Orlandi [et al.]-3. Ed. - Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1997.

PONTE, Sebastião Rogério. **A “Belle Époque” em Fortaleza: remodelação e controle.** *In* SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará.* _ 4 ed. Ver. Atual. _ Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. (pp. 162-191).

6. NOTAS

1 Graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). É integrante do GEADIS, Grupo de Estudos em Análise de Discurso. E- mail: beserrapatricia@hotmail.com.

2 Prof. do Departamento de Letras da URCA (Universidade Regional do Cariri). Doutoranda em Lingüística pela UNICAMP. É integrante do GEADIS, grupo de estudos em Análise de Discurso. E-mail:alinebussons@hotmail.com.

3 Idem, página 256 do Vocabulário Indígena (NOGUEIRA, 1887).

4 Idem, páginas 256-257 do Vocabulário Indígena (NOGUEIRA, 1887).

5 Idem, páginas 256-257 do Vocabulário Indígena (NOGUEIRA, 1887).

6 No verbete transcrito da página 225 do Vocabulário Indígena (NOGUEIRA, 1887), há uma parte ilegível, a qual não conseguimos compreender, o que, desse modo, impossibilitou o levantamento de questões nesse trecho.